

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 948 - de 6 de junho a 6 de julho de 2025

É HORA DE VIRAR À ESQUERDA

No PED vote na chapa 210 e Rui Falcão 130

págs. 4 e 5



FRENTE AO GENOCÍDIO, ROMPER COM ISRAEL!

págs. 11 e 12

UNIVERSIDADES NOS EUA
TRUMP PERSEGUE ESTUDANTES E SUSPENDE VISTOS

pág. 2

FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES DAS CHACINAS
MANIFESTO É LANÇADO EM ATO COM MAIS DE 250 PESSOAS

pág. 7

FRAUDE NO INSS
NECESSÁRIA LIMPEZA DE GESTORES E RECONSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS

pág. 8

COLÔMBIA
MOBILIZAÇÃO POR CONSULTA POPULAR LEVA O POVO ÀS RUAS

pág. 10

Trump intensifica perseguição a estudantes estrangeiros

EUA suspende entrevistas para vistos estudantis e fiscaliza redes sociais

O governo americano anunciou a suspensão de entrevistas a estudantes estrangeiros para obtenção de vistos, mais uma medida de perseguição aos estudantes no país. Para estudar em universidades americanas, estudantes de todo o mundo precisam agendar entrevistas em embaixadas americanas em seus países. Essas entrevistas fazem parte do processo de seleção de candidatos a programas de intercâmbio.

A entrada de estudantes estrangeiros representa boa parte do financiamento de muitas universidades, já que os estrangeiros costumam pagar mensalidades maiores que os estadunidenses. Em universidades como a de Harvard, a presença de estrangeiros é ainda uma tradição e representa um quarto do corpo estudantil. O Departamento de Segurança Interna dos EUA também anunciou que trabalhará para revogar "agressivamente" vistos de estudantes chineses. As medidas afetam não apenas candidatos aos programas estudantis, mas também cerca de 7.000 estudantes estrangeiros que terão sua

permanência ameaçada.

Fiscalização das redes sociais e investigação sobre filiações políticas

Além da suspensão, o Departamento de Estado prepara uma fiscalização das redes sociais e investigação sobre filiações políticas dos candidatos a programas de intercâmbio nos Estados Unidos. Estudantes chineses ligados ao Partido Comunista Chinês, estudantes de áreas consideradas "críticas" e pró Palestina serão os principais alvos.

A medida acontece em meio a um conflito entre o governo de Trump e a Universidade de Harvard, considerada "muito esquerdista". No início do ano passado, estudantes em solidariedade à Palestina, contra o genocídio promovido por Israel, organizaram acampamentos na Universidade de Columbia.

O movimento rapidamente se espalhou pelas universidades americanas, ganhou destaque e inspirou movimentos pró Palestina em diversas outras universidades pelo mundo. Mesmo sob perseguição de reitorias e do governo de Biden e com intensa



Estudantes de Harvard discursam durante protesto em favor de estudantes estrangeiros

violência policial, milhares de estudantes seguiam firmes na luta contra a barbárie sionista.

Deportações e congelamento de verbas

A suspensão de entrevistas, revogação de vistos e fiscalização de redes sociais fazem parte de um conjunto de medidas do governo Trump para perseguir estudantes. Desde o início do ano, Trump tem congelado milhões de dólares em verbas de financiamento para universidades e anunciou a deportação de estudantes estrangeiros pró-palestina. Enquanto as universidades sofrem com o corte de verbas, o projeto de orçamento de Trump, divulgado recentemente, prevê um aumento de 13% em gastos militares,

atingindo a marca recorde de um trilhão de dólares.

Boa parte dessa verba será investida no desenvolvimento de tecnologia militar pela SpaceX, empresa de Elon Musk. 43,8 bilhões serão destinados a novos gastos relacionados à repressão da imigração, deportações e conclusão do muro na fronteira com o México. O mesmo projeto de orçamento apresentado prevê cortes em áreas sociais como habitação, saúde e educação.

É necessário seguir a luta contra a perseguição do governo Trump, que sustenta o Estado genocida de Israel e a indústria da guerra. Os estudantes, americanos e estrangeiros, têm toda a nossa solidariedade.

Kris Mackleiny



CHEGOU A VERDADE 116

A luta mundial contra a Guerra na Ucrânia e o genocídio na Faixa de Gaza, nos primeiros meses do novo governo de Donald Trump nos Estados Unidos, é o destaque desta edição de A Verdade nº 116, revista de atualidade política e tribuna de discussão internacional. A declaração do Secretariado Internacional da 4ª Internacional, de 14 de abril, explica que a orientação do governo Trump é ampliar a pilhagem dos povos e das nações, para que paguem mais pelos custos da crise do sistema imperialista. Um exemplo disso é pressão dos EUA para que os países europeus ampliam os seus gastos militares, com os consequentes cortes dos orçamentos sociais – o que evidencia a relação estreita entre as guerras em curso e a guerra mundial contra a classe trabalhadora, pela redução do custo do trabalho.

Neste número, a revista traz também uma importante entrevista com Andrew Burgin e Kate Hudson,

militantes britânicos contra a guerra, que explicam a situação política na Grã-Bretanha. O atual governo britânico é composto pelo Partido Trabalhista, mas sua orientação é, nas palavras dos dois, semelhante às dos governos conservadores: cortes nos orçamentos dos programas sociais (saúde, educação, serviço público, aposentadorias), ampliação dos gastos bélicos e repressão aos movimentos contra a Guerra na Ucrânia e contra o genocídio na Palestina. Abordam então a difícil questão da organização da classe trabalhadora neste cenário adverso.

O Destaque Político da Edição são as matérias que abordam a convocação da Conferência das Américas em Defesa dos Migrantes, pelo Direito à Migração, para setembro próximo, no México. A iniciativa é uma resposta à violenta atitude do governo Trump de deportação em massa de imigrantes, que formam parte da própria classe operária estadunidense. A defesa

dos migrantes é a defesa da soberania das nações, bem como dos povos e dos trabalhadores, cujos deslocamentos são sempre em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. Desde sua convocação, a Conferência conta com apoios no México, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Haiti, Guadalupe, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela.

O combate internacional ao genocídio na Faixa de Gaza é abordado na seção Argumentos, com um artigo que explica a crise sem precedentes do sionismo, as fraturas na sociedade israelense e a recomposição do movimento nacional palestino frente à decomposição da Autoridade Nacional Palestina. Esta edição traz também uma homenagem ao histórico cartunista palestino Naji al-Ali, e seu personagem Handala, ícones da luta e da resistência de seu povo.

Peça já o seu exemplar da revista "A Verdade" 116 aos colaboradores do jornal "O Trabalho".

Virar à esquerda não é retórica

Seguem sendo publicadas pesquisas que mostram o governo perdendo popularidade, sobretudo nos setores de sua base histórica, como os mais pobres e a juventude. É na massa popular da nação, que segue enfrentando a duríssima vida do trabalho desregulamentado, das exaustivas escalas e jornadas ou mesmo do desemprego. Da carestia de vários gêneros alimentícios, como o café, que hoje turbinou propagandas de políticos e partidos de direita e extrema-direita nas rádios.

O escândalo da fraude no INSS, que já lesou milhões de aposentados e pensionistas, ainda não teve resposta à altura do governo – como a necessária limpeza dos gestores dos governos Temer e Bolsonaro e o investimento nos serviços públicos, presos no arcabouço fiscal. É mais um flanco aberto para impopularidade e ataques dos inimigos do povo.

E lá se vão dois anos e meio de governo. Que ainda não rompeu relações com o Estado assassino de Israel, diante de um dos mais infames genocídios já vistos.

É necessário começar a enfrentar, antes que seja tarde, a Faria Lima, o Congresso das emendas parlamentares, os milicos dos golpes, o Judiciário elitista... os emissários do imperialismo dos EUA, do capital financeiro. A história já

mostrou diversas vezes – inclusive recentemente no Brasil, com Dilma – que quanto mais cede-se, mais o capital/centrão exige.

O sentimento geral, no povo que elegeu Lula e nos petistas, é de que é preciso mais, bem mais. Retomar direitos, revogar ataques, reestatizar o que foi saqueado da nação, realizar as reformas que interessam ao povo. Foi defendendo tudo isso que o PT surgiu, um partido contra as

que bloqueiam qualquer pauta popular no Congresso.

Mas o tão alarmado perigo da extrema-direita, que existe, se combate justamente ganhando a confiança dos trabalhadores, defendendo as suas reivindicações, mostrando-se firmemente como uma alternativa. Não se igualando aos velhos políticos de plantão, à velha direita do centrão, dos patrões.

Declara, ainda, que “é preciso retomar o trabalho de base e os núcleos no partido para atuação não apenas em eleições”. Mas não se questiona por que a base foi abandonada da vida partidária. Não seria pela lógica das carreiras parlamentares sustentadas no fundão, nas alianças sem-porteira e as emendas? E qual a política, então, para retomar o trabalho de base no PT, se não virar à esquerda na luta pelas bandeiras históricas?

É isso que está em jogo no PED (Processo de Eleições Direta), do dia 6 de julho. As chapas Virar à Esquerda levam esse combate, além de chamar voto em Rui Falcão para presidente do partido. É essa a batalha até o dia da votação: com a plataforma dos 13 Pontos em mãos debater com os petistas, disputar o voto!

Mudar de política não é retórica, é necessidade urgente.

O SENTIMENTO GERAL É DE QUE É PRECISO BEM MAIS

instituições podres da República. Foi assim que cresceu e ganhou autoridade.

Recentemente em “Carta aos petistas” Edinho, candidato a presidente do PT pela CNB (Construindo um Novo Brasil, de Lula), RS (Resistência Socialista) e EPS (Esquerda Popular Socialista), afirma que o partido deve ampliar o já amplíssimo leque de alianças para “enfrentar o fascismo em 2026”. Mais coalizão com aqueles

COLABORE COM O NOSSO JORNAL: ASSINE O TRABALHO!



Assine online pelo QrCode acima, ou se preferir, preencha o cupom e envie a foto para o e-mail: jornal@otrabalho.org.br

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

Assinatura semestral | Assinatura anual | Assinatura solidária

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil:

Agência: 3043-0, Conta: 107542-X - CNPJ (PIX): 09001210/0001-79 - CEPEFOR

Envie comprovante junto com o cupom para Praça da República, 468 sala 72

CEP 001045-908 - São Paulo - E-mail: jornal@otrabalho.org.br

Lançado no 1º de Maio de 1978, em plena Ditadura Militar e na luta pela sua derrubada, O Trabalho fez 47 anos. É o mais longo ininterrupto jornal no país a serviço da luta da classe trabalhadora, pela sua emancipação, pelo fim do capitalismo.

Durante todo esse tempo ele foi, e é, uma voz independente nessa luta, pois sempre se sustentou pela colaboração dos que assinam e compram as edições. Nos mantemos fiéis ao compromisso do nosso lançamento: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governos.”

Para continuar nossa existência e luta chamamos todos os companheiros e companheiras a assinarem o jornal O Trabalho!

PED 2025: deixar como está para ver como é que fica?

NÃO! Virar à esquerda e reatar com o povo que busca se apoiar no PT para lutar

Está em curso a campanha do Processo de Eleições Diretas (PED).

Oito chapas nacionais foram inscritas e quatro candidaturas à presidência nacional.

O PED, introduzido no início dos anos 2000, substituiu o que era a tradição do PT: encontros, com a participação dos filiados, como militantes, que no calor da discussão podiam resolver dúvidas, apresentar contraditórios e propostas.

No PED (contra o qual votamos) o filiado é transformado em eleitor, chamado a votar a cada quatro anos, foi um recuo no fortalecimento do PT como um partido de massa, com filiados militantes que se apoiam nele para avançar a consciência de classe e fortalecer a luta dos trabalhadores.

Mas, o PED é o que temos. Nele nos engajamos, na luta para construir uma política que liberte o PT do que o afastou de seus princípios originários. Política de adaptação as atuais instituições, que se reflete nas alianças e no esvaziamento das instâncias e do poder de voz de seus filiados, transformado em inaudíveis sussurros.

O que está em jogo neste PED?

Desde o último PED (2019) a crise do imperialismo se aprofundou, com a ofensiva aos povos, cujo ápice é o genocídio contra a faixa de Gaza. Mas, na defesa do povo palestino, povos do mundo se levantam. Neste cenário, o

que está colocado para o PT? Em primeiro lugar retomar sua melhor tradição internacionalista. Mesmo reconhecendo as assertivas declarações de Lula contra o genocídio, propor que o governo rompa relações diplomáticas com o Estado sionista e assassino de Israel.

O último PED, depois do golpe contra Dilma, da prisão política de Lula e da assunção de Bolsonaro, com apoio das atuais instituições, de uma estridente extrema-direita e da direita (que aloja os interesses do capital financeiro) estávamos confrontados a enfrentar o processo em curso.

O 7º Congresso do PT, dentre outras resoluções (até hoje não publicadas por quem deveria fazê-lo), reafirmou a necessidade de lutar por uma Assembleia Constituinte Soberana. Lá, como agora, as mesmas instituições que permitiram a ofensiva contra o povo, estão aí para impedir que o governo Lula cumpra os compromissos de sua campanha. Tais como: revogação das contrarreformas Trabalhista (Temer) e Previdenciária (Bolsonaro). Estão aí para atacar a luta pela reforma agrária, pelo reconhecimento dos direitos do povo indígena e dos quilombolas. Para barrar a isenção de Imposto de Renda até \$5000,00, para barrar o fim da escala 6x1. Seria com Hugo Motta e Davi Alocumbre que podemos buscar uma solução? Não! A cada conciliação, a direita exige mais. Nem ampliar



à direita e nem dizer "amem" à política do governo que frustra o povo em nome da chamada responsabilidade fiscal. Numa síntese, é o que propõe Construindo um Novo Brasil (CNB) e seu candidato à presidência, Edinho Silva.

Virar à Esquerda!

Em nome de combate ao fascismo, CNB e seu candidato, propõem conciliar com a direita. Com o mantra da responsabilidade fiscal, veio arcabouço fiscal, pacote de ajuste e agora contingenciamento de \$30 bi do orçamento. Direita e extrema direita, surfando nesta onda, agora querem atacar o piso da saúde e da educação.

Em encontro nacional (março 2025) o Diálogo e Ação Petista adotou uma plataforma, os "13 pontos (íntegra: www.petista.com.br) intitulados Virar

à Esquerda. Inscrevemos uma chapa nacional (nº 210) e apoiamos Rui Falcão à presidência nacional do PT (nº 130). Virar à Esquerda para não cair no abismo!

Deixar, ou aprofundar tudo como está, para ver como é que fica, é uma ameaça ao partido e ao governo. É um suicídio político que vai trazer mais sofrimento ao povo trabalhador.

O que está em jogo neste PED é a continuidade do PT como partido organizador da luta da classe trabalhadora e a reeleição de Lula em 2026, objetivos que almejamos. Sem conciliação, Virar à Esquerda!

Com a chapa Virar à Esquerda (210) e a candidatura Rui Falcão (130), vamos desobstruir o caminho para garantir a continuidade do PT e a vitória em 2026

Misa Boito

Quilombo Socialista compõe com Virar à Esquerda

Tudo a ver com os 13 pontos

Uma novidade na inscrição das chapas nacionais ao Diretório Nacional foi a composição da Tendência Quilombo Socialista com Virar à Esquerda sobre a base dos 13 pontos (acesse www.viraraesquerda210.com.br)

A partir de novembro, vendo o resultado ruim das eleições e a situação geral do governo Lula, o DAP Associação concluiu que o PT e o governo deveriam virar à esquerda sob pena de irmos à ruína. Nesse sentido, foi construída a plataforma para o PED dos 13 pontos que, inicialmente, foi apresentada por 14 vereadores de vários estados. Mas a discussão foi engajando no processo de formação de chapas nos vários níveis outros coletivos locais e militantes. Merece destaque o Quilombo Socialista (QS).

Tendência nacional formada em 2021, a QS veio a se associar numa chapa nacional comum, e na chapa estadual do Rio Grande do Sul, além de outras cidades, abrindo um promissor período de colaboração militante. A QS também apoia Rui Falcão para presidente do PT.

Em entrevista ao boletim do DAP ("Sexta-Feira" nº 26), Luis Alberto da Silva, o gaúcho dirigente nacional da QS, a "define como uma tendência de opinião socialista, anticapitalista e anti-imperialista nos termos do estatuto do partido, se organiza nacionalmente e tem atuação em todas as áreas de interesse do Partido com ênfase na questão racial" (íntegra em www.petista.org.br).



"Resgate das bandeiras históricas"

Na ocasião, o dirigente explicou que a "propõe um resgate das bandeiras históricas e uma relação mais próxima aos movimentos sociais, para juntos, respeitando a autônoma de cada movimento, criar as condições políticas de mobilização social, a formação de uma aliança ampla entre os setores da esquerda comprometidos com a transformação profunda da sociedade, sem restringir a ação política aos conchavos parlamentares que, em muitas ocasiões, negociam conquistas históricas em troca de uma 'pseudo governabilidade' e não cumpre compromissos programáticos do partido e

de campanha".

No plano internacional, a QS coincide com o DAP na cobrança de uma postura mais efetiva e menos retórica, "a começar pela questão da Palestina (sobre a qual) não existe nenhuma razão plausível ou convincente para manter relações comerciais e diplomáticas com o Estado de Israel".

Coincide também em que o Governo Lula "ancore nos movimentos sociais e nos partidos de esquerda, retome a agenda de campanha, se não for assim, continuará refém da 'Faria Lima'. Este novo pacto fará com que Lula rume à esquerda e ao socialismo, garantindo a identidade necessária à vitória em 2026".

Markus Sokol



SÉRIE 13 PONTOS VIRAR À ESQUERDA

POR QUE É PRECISO DESMILITARIZAR AS POLÍCIAS



↳ Prefeito de SP Ricardo Nunes (MDB) à esquerda mostrando o "prisômetro"

Quando ouvimos a frase: "desmilitarização da polícia", diversas dúvidas aparecem. Começamos a nos perguntar: "desmilitarizar o quê?" "Vai acabar com a polícia?". Todas essas dúvidas são honestas e precisam ser respondidas. É importante lembrar que, no Brasil, existem vários tipos de polícia. A mais famosa é a militar, mas além dela, há também as polícias Civil, Federal, Rodoviária Federal. O que diferencia a polícia militar das demais é a sua forma de organização e funcionamento.

Segundo a Constituição (Art.144), a PM que conhecemos hoje funciona como força auxiliar do Exército. Esse artigo, conjuntamente com outros decretos, organiza o que conhecemos como PM. O Exército, assim, fica responsável pelo "controle e coordenação" das polícias militares, enquanto as Secretarias de Segurança dos estados têm autoridade sobre sua "orientação e seu planejamento". Ou seja, a polícia militar tem duas cadeias de comando convivendo na própria polícia, sendo a de maior autoridade, que organiza sua disciplina e a forma de funcionamento, o Exército. Por quê?

Militarização na ditadura e Constituição de 1988

Durante a Ditadura Militar, como processo de repressão aos movimentos sociais e ao povo, as polícias foram militarizadas. Assim, auxiliavam os militares

no combate às greves, na repressão e, também, na própria tortura. A PM, como tal, já nasceu pronta para guerra e, nesse caso, a guerra era contra o povo. Ao fim da ditadura, com o processo pactuado de transição democrática, que desembocou na CF/88, alguns entulhos ficaram pelo caminho sem serem modificados. A PM foi um destes, funcionando como um pequeno exército em cada estado da federação. Além do art.142 (Garantia de Lei e da Ordem) que dá aos militares o direito de tutelar a República e a PM, como tal, é um desses braços.

Povo como inimigo

Uma polícia treinada para guerra, não sabe fazer nada mais além de matar. A forma militar de organização afeta a vida da população, que se vê como alvo inimigo, como, também, a vida do próprio trabalhador da segurança pública. Pois, como a PM funciona como um exército, os policiais militares não têm direito à organização no local de trabalho, não podendo, assim, organizar sindicatos, por exemplo, para lutar por melhores condições de trabalho.

Desmilitarizar a polícia não significa acabar com elas, mas mudar a forma de

organização e atuação. Hoje, a PM é a responsável pela maior parte das prisões no país, sendo que é uma polícia que não investiga. Então, como pode prender? É simples, para mostrar eficiência no serviço, a PM só tem duas opções: matar e prender. Parte disso se reflete no alto índice de encarceramento no Brasil, com milhares de prisões arbitrárias.

Militarização se espalha

Como um entulho da ditadura que permaneceu na vida civil e não foi resolvido, a lógica da militarização vai se espalhando para outras forças de segurança. É o que temos visto com as Guardas Municipais que estão sendo militarizadas, recebendo armas e treinamentos, concepção de organização similares, os tornando pequenas polícias/exército nas mãos de prefeitos. O resultado é o aumento assustador de mortes, ações violentas das guardas e encarceramento. Hoje, no centro da cidade de São Paulo é possível, por exemplo, vermos o "prisômetro", um contador de prisões feitas pela Guarda Municipal. É surreal!

Desmilitarizar as polícias é um passo necessário para o povo no Brasil.

Pedro Maria Nassir

**DIA 6
DE JULHO
VOTE:**

CHAPA 210 VIRAR À ESQUERDA!



SÃO NECESSÁRIOS MAIS IMPOSTOS AOS RICOS, MENOS AOS POBRES

Em 2022, o Brasil foi o campeão mundial em desigualdade social (Banco UBS, GWR 2023): 48,4% da riqueza estava concentrada nas mãos de apenas 1% da população. Enquanto um punhado de especuladores, ruralistas e grandes empresários enriqueciam, 125 milhões (59% da população) enfrentavam insegurança alimentar. Tal injustiça é parcialmente explicada pela abissal regressividade tributária brasileira.

Metade da carga tributária vem de impostos indiretos – pagos ao comprarmos alimentos, roupas, serviços etc. – (contra 17% nos EUA) e menos de um quarto de impostos diretos sobre renda, lucros, propriedade e ganhos de capital (contra 59% nos EUA). Quem recebe até dois salários-mínimos, compromete mais da metade de sua renda com impostos; sobretudo indiretos, pagos simplesmente ao comprar os bens da cesta básica. Já os 20 mil (bi ou) milionários,

que recebem mais que 400 salários-mínimos, pagam apenas 5,25% de imposto de renda. Boa parte de suas rendas é obtida com lucros e dividendos, isentos de tributação. Esse quadro é histórico, mas piorou na ditadura e com FHC.

Qual reforma tributária?

Uma reforma tributária progressiva – que eleve tributos aos mais ricos e reduza aos mais e pobres e à maioria da população – é bandeira programática central do PT desde sua fundação. Embora praticamente nada tenha sido tentado durante os primeiros governos petistas, o tema voltou ao centro da campanha Lula em 2024. A chamada "Reforma Tributária", aprovada no Congresso em fins de 2023 e regulamentada em 2024, atendeu essencialmente à pauta empresarial (simplificação de impostos). Foi muito tímida contra a regressividade: a partir de 2027, isentará de impostos indiretos

alguns itens da cesta básica.

No final do ano passado, para compensar cortes em programas sociais, o governo anunciou sua intenção em corrigir progressivamente a tributação. Seu PL-1087 foi enviado em março ao Congresso: a partir de 2026, elevaria a renda isenta de R\$ 3,036 mil a R\$ 5 mil – pessoas que não pagam IR saltariam de 16 a 26 milhões. E haveria também reduções gradativas no imposto às rendas de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil.

Como isso diminuiria a receita fiscal em quase R\$ 30 bilhões ao ano, uma pequena elevação de impostos aos que recebem acima de R\$ 50 mil seria necessária para compensar: o PL criaria uma alíquota mínima de 10% de IR sobre a renda pessoal, mesmo quando sua fonte é de dividendos de ações em bolsa, nacional ou estrangeira. Algo que FHC isentara. Complementarmente, mecanismos para elevar um pouco arrecadação

de impostos sobre lucros de empresas que obtêm isenções também seriam introduzidos.

Ainda que limitado, o PL-1087 traria medida progressiva, se implementada. No Congresso, entretanto, o Centrão já procura reduzir ou até neutralizar a elevação tributária sobre os mais ricos.

Enquanto isso, tensionado pelas limitações draconianas (autoimpostas) do Novo Arcabouço Fiscal e pela constante elevação dos gastos com juros da dívida pelo Banco Central, o governo tentou nas últimas semanas turbinar de imediato suas receitas por meio de um decreto presidencial que eleva impostos sobre operações financeiras (IOF). Trata-se de medida progressista por ser um embrião de controle do movimento de capitais. Bombardeado por banqueiros, empresários e congressistas do Centrão, Haddad recuou por completo.

Alberto Handfas



O que está em jogo na Plenária Nacional da CUT

Assembleias de base começam em junho

A 17ª Plenária Nacional da CUT (PLENCUT) acontecerá de 14 a 16 de outubro. Estamos no período de assembleias de base, que devem acontecer até o dia 30 de junho. De 10 de julho a 31 de agosto ocorrem as Plenárias Estaduais e Reuniões de Conselhos de Ramos da CUT.

As assembleias de base, além de eleger delegados para as etapas estaduais, discutirão o texto apresentado e votarão emendas ao texto-base, que posteriormente serão discutidas nas etapas estaduais.

Os membros da Direção da CUT, eleitos sobre a base do texto "Em

defesa da CUT independente e de luta" apresentam para esta etapa emendas que buscam organizar o combate da CUT para o próximo período da luta de classes.

Direito à migração, não à guerra

Diante da ofensiva contra o direito à migração retomada pelo governo Trump nos Estados Unidos, é urgente que a Plenária se posicione contra a violência e perseguição aos migrantes.

Outra questão importante é uma posição de "Não à guerra" e pelo cessar-fogo imediato na Ucrânia. A escalada militarista e belicista da União Europeia, hoje retira dinheiro do orçamento dos investimentos sociais e serviços públicos para financiar um conflito que já dura mais três de anos.

Ruptura com Israel

A exigência dirigida ao governo Lula para a ruptura de relações diplomáticas, comerciais e militares com o Estado de Israel em defesa de uma Palestina "livre do rio ao Mar", contra o genocídio do povo palestino precisa ser encampada pela CUT.

Revogações

É preciso retomar em todos os níveis da central uma campanha nacional pela revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro, exigindo igualmente o fim da lei da terceirização ilimitada e da generalização da "pejotização", como meio de fraudar a relação trabalhista entre patrão e empregado.

Fim da 6x1

É urgente que a Plenária, desde as

assembleias de base, discuta como os sindicatos em conjunto com o VAT - Vida Além do Trabalho, mobilizarão os trabalhadores para que seja aprovada a PEC do fim da escala 6x1.

Com esse Congresso não dá!

Após quatro décadas de fundação da CUT, a luta pela democracia ainda é uma pauta central na agenda, é preciso mais do que nunca apontar uma saída política porque com esse Congresso não dá! Está na hora de começar a mobilização popular para uma reforma política de fundo que mude as regras eleitorais antidemocráticas, que estabeleça o voto em lista partidária, o voto proporcional "uma pessoa um voto" e o financiamento público exclusivo, e assim permitam eleger, num processo de mobilização popular, uma Assembleia Constituinte Soberana, de fato.

Desse modo, será possível acabar com as emendas parlamentares através das quais o Congresso reacionário sequestrou o orçamento. Do mesmo modo, conquistar a recuperação dos direitos dos trabalhadores e do povo, pela revogação da reforma trabalhista, da lei das terceirizações e da reforma da Previdência. Assim como a abolição da tutela militar (artigo 142 da GLO) e a realização as reformas estruturantes - Reforma Agrária, do Judiciário, militar - e reestatizações.

Estas questões são fundamentais para que possamos aprovar um plano de lutas com reivindicações concretas que animem e mobilizem os trabalhadores para ação e tirem da letargia as direções sindicais.

René Munaro

No DF, greve do magistério enfrenta truculência do governo

"Se não tem proposta, tem resposta"

Em assembleia promovida pelo SinproDF, que reuniu milhares de professores e orientadores, foi esmagadora maioria pela greve por tempo indeterminado após o governo distrital (GDF) dar um "ZERO" como resposta à campanha salarial de 19,8% realizada pelo sindicato. "Se não tem proposta, tem resposta" é o que gritaram os milhares em frente ao Palácio do Buriti.

Os relatórios fiscais indicam que tem dinheiro em caixa, mas a gestão Ibaneis (MDB) diz que para a educação não tem. Hoje, o salário do professor é o penúltimo no ranking das carreiras de ensino superior do DF. Há ainda uma série de reivindicações relativas à reestruturação da carreira e a exigência de convocação de aprovados do último concurso público. O GDF tem priorizado há anos o modelo de contratação temporária, que já representa mais de 60% dos profissionais em sala.

Judiciário na mão

Antes mesmo da greve ser instalada, Ibaneis já acionou a justiça para criminalizar o movimento. Levou menos de

48h para a desembargadora Lucimere Maria da Silva decretar o movimento como abusivo, e aplicar uma multa de 1 milhão de reais por dia de greve ao sindicato, além de autorizar o corte de ponto dos grevistas. Após a entidade recorrer da decisão, a desembargadora afirmou que a multa é "proporcional à gravidade da situação".

A situação é grave mesmo! O objetivo é claro: Quebrar o sindicato, atemorizar os professores (principalmente temporários), e subjugar a categoria que vê há anos seu poder de compra diminuir substancialmente. Ibaneis sabe que derrotar o SinproDF é um passo fundamental para neutralizar a luta dos trabalhadores e avançar no seu projeto de destruição do serviço público, que já logrou avanços significativos em outras áreas, principalmente na saúde. O que impressiona é em que nível o judiciário assume o papel de "cão de briga" do governador.

Trabalhadores resistem!

Mesmo com todo o arsenal jurídico e midiático à serviço do governador,



Professores aprovam greve

os indicadores mostram que a adesão das escolas nos primeiros dias é forte, e há muitas demonstrações de apoio das comunidades escolares. A desvalorização dos profissionais tem uma relação direta com o sucateamento das escolas, a superlotação das salas, o rebaixamento da qualidade de ensino. Durante o fechamento desta edição, diversas

entidades preparam um ato político em solidariedade aos professores e em defesa do direito de greve. É perceptível o que está em jogo. Certamente, essa luta interessa a todas as entidades de luta da classe trabalhadora. Dizemos "NÃO" à criminalização da luta!

Katrina



“Chacina não, federalização!”

Ato marca lançamento nacional e disposição de luta

As faixas com palavras de ordem contra a violência policial e as fotos de vários jovens executados pela polícia tomavam conta do salão na Associação de Moradores da Vila Hebe, região da Brasilândia na capital paulista. Elas, conjuntamente com a faixa principal do ato, exigiam o fim da violência policial e, principalmente, a federalização das investigações das chacinas do Cabula, Jacarezinho e Operação Escudo. A atmosfera que se construiu dava o tom de luta que marcou a atividade na periferia de São Paulo.

Eram mais de 250 pessoas presentes que ao final do ato gritavam: “Chacina não, federalização”. O grito era uma exigência ao governo Lula, para que o mesmo dê uma resposta à violência policial crescente no país. Ao passo que a impunidade só cresce, as polícias ficam mais livres para matar e agem da forma que desejam, sem nenhum controle, nas periferias. É o que vemos, a cada semana, nos noticiários. Não completamos uma semana sequer sem uma notícia de abuso policial, violência, tortura e morte. Já que os governadores dos estados autorizam essas barbáries, exigimos do governo Lula uma resposta

firme que coloque um freio na violência das polícias.

Mais de 1000 assinaturas no lançamento

O primeiro objetivo para o lançamento nacional da campanha pela Federalização das investigações das três chacinas citadas, era lotar o salão e abrir o ato com 1000 assinaturas. Ambos foram concluídos e superados. Resultado de um impulsionamento coletivo, que contou com diversos militantes e simpatizantes espalhados pelo país. Ao final, uma das mães que teve seu filho assassinado pela polícia disse: “é a primeira vez que não choro ao falar do meu filho e não chorei, exatamente porque, neste ato, eu senti o poder da luta. Eu vou para Brasília com vocês”.

A atividade, que já nasceu vitoriosa desde a sua organização, formou um amplo comitê de organização com membros vindo do movimento negro, coletivos dos direitos humanos, hip-hop, de mães e pais que tiveram seus filhos mortos pela polícia e o Diálogo e Ação Petista. Todos em pé de igualdade, lutando ombro a ombro e organizando um ato, 100% autofinanciado, com ampla arrecadação. Um exemplo

a ser seguido.

A mesa responsável por dirigir a atividade foi composta por Jeffei (Diálogo e Ação Petista e um dos organizadores do manifesto); Kris Mackleiny, (Juventude Revolução do PT), Claudinho Silva (ex-ouvidor das polícias de SP e candidato a presidente do PT-SP pela chapa Virar à Esquerda com Levante Negro); Márcia Gazza (Coletivo Mães da Leste) e Andréia MF (Mães do Cárcere, representando as vítimas da Operação Escudo). Intervenções que vieram do plenário emocionaram e indignaram a todos. Eram mães, pais, filhos, irmãos, amigos, entre outros, que foram direta e indiretamente atingidos pela violência policial. Todos muito dispostos a irem até Brasília entregar o documento ao Presidente e Ministros citados.

Entrega em 25/7 em Brasília

A vitoriosa atividade marcou mais um passo na luta. Um passo firme, que continuará em caminhada até a entrega do manifesto em Brasília no dia 25 de julho. Até lá, banquinhas, atividades públicas, reuniões, arrecadação e lançamentos locais serão feitos para ampliar a força que esteve presente na

Brasilândia e popularizar a campanha, discutindo esse tema que é uma chaga nacional e assola o país de ponta a ponta.

Chagar a 3000 assinaturas

Até o dia da entrega do documento o objetivo é chegar a 3000 assinaturas. Assine em Objetivo possível, diante da disposição de combate colocada em movimento. Ali na Brasilândia estava concentrado o setor mais oprimido do povo brasileiro: mulheres, negros e jovens. Todos unidos para dar um basta à violência policial, através de uma proposta de ação, sem apelar para denúncias vazias, mas organizando, de verdade, a luta e o combate que precisa ser feito. A partir de agora é necessário organizar nos estados a continuidade da campanha e arrecadação, para podermos chegar em Brasília com uma força significativa. Esse é o desafio do próximo período a que todos estão chamados.

Não à violência policial! Federalização das investigações das chacinas do Cabula, Jacarezinho e Operação Escudo.

Jeffei



Mais de 2,5 milhões já denunciaram fraude no INSS

Lula perde um milhão de seguidores nas redes

Até o início de maio mais de 2,5 milhões de segurados do INSS já denunciaram terem sido vítimas de fraudes envolvendo descontos indevidos em seus benefícios. Na maioria, aposentados que recebem um salário-mínimo e que todo mês são descontados por associações fantasmas. O governo Lula (PT) decidiu corretamente devolver o dinheiro, mas é preciso ir até o fim na reconstrução do INSS e dos direitos surrupiados de milhões de trabalhadores. Uma das primeiras medidas deveria ser o confisco de bens e valores das entidades e autores.

A direita surfa, são necessárias medidas do governo Lula

Na propaganda do PL, Bolsonaro que aumentou a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e acabou com aposentadoria integral por tempo de contribuição (ver abaixo), surfa na crise dizendo que “a aposentadoria é sagrada”.

O governo Lula não tomou as medidas necessárias para que isso acabasse a tempo. As denúncias foram feitas sob o governo Bolsonaro em 2020, com Sérgio Moro ainda ministro da Justiça.

De lá para cá os descontos cresceram de R\$ 536,3 milhões em 2021, R\$ 706,2 milhões em 2022 até alcançar R\$ 2,6 bi em 2024.

Levantamento feito pela consultoria Ativaweb aponta que as contas oficiais de Lula no Instagram e no Facebook perderam um milhão de seguidores nos últimos seis meses por influência da crise e no debate envolvendo o IOF e o ajuste fiscal.

Ofensiva contra sindicatos rurais

Junto com as denúncias, veio uma ofensiva contra os sindicatos rurais a fim de confundir as organizações dos trabalhadores com quadrilhas especializadas no roubo de aposentados. A Contag, por exemplo, com mais de 60 anos de atividade e que reúne 27 federações e 3800 sindicatos na sua base foi fundamental na luta pela aposentadoria de trabalhadores rurais.

É preciso reconstruir o INSS e repor os direitos perdidos

A FENASP, uma das organizações sindicais dos trabalhadores do INSS, denunciou em nota os “acordos de cooperação técnica, onde entidades tem



acesso a informações privilegiadas de determinados grupos ou associados”, muitos deles feitos em 2016.

Fora isso, anos de desmonte tem seu preço. Após a eleição de Lula não foi feita a limpeza dos gestores herdados de Temer e Bolsonaro. Em 2024, o número de vagas abertas supera 22 mil, maior inclusive que o número de servidores em atividade hoje. Várias agências foram fechadas devido à falta de pessoal deixando milhões de aposentados que já tem dificuldade em se mover nos meios digitais e aplicativos ainda mais

vulneráveis.

A resposta à ofensiva contra o INSS e o governo Lula deve ser respondida com a limpeza dos gestores, punição as associações fraudulentas, devolução dos valores e o preenchimento as milhares de vagas para que a população possa ser atendida. É a reconstrução dos serviços públicos que novamente bate à porta e está entre as expectativas que o povo tem no governo. Virar à esquerda, no governo, tem esse significado.

Marcelo Carlini

Por que revogar a contrarreforma da Previdência de Bolsonaro

A Emenda Constitucional 103/19 contou com o apoio de Bolsonaro e dos vários partidos de direita e do centrão, utilizando o falacioso discurso do déficit previdenciário. Tais setores também pretendiam implantar o regime de capitalização, mas não conseguiram em virtude da forte resistência das organizações populares. Assim, permaneceu regime de repartição, baseado na solidariedade entre as gerações, mas vários pontos resultaram em perdas de direitos. São eles:

Idade mínima para aposentadoria e tempo de contribuição

Antes da reforma era possível se aposentar por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres), sem idade mínima. Depois a idade mínima passou a 62 anos para mulheres e 65 anos para homens e sem aposentadoria apenas por tempo de contribuição. Para ter aposentadoria integral (100% da média salarial), passou a ser necessário contribuir por 40 anos (homens); 35 anos (mulheres), o que prejudica ainda mais trabalhadores informais e com vínculos intermitentes.



Cálculo do benefício menos favorável

Antes o benefício era calculado com base na média dos 80% maiores salários de contribuição. Depois da reforma passa a considerar 100% de todos os salários de contribuição, desde julho de 1994.

Regras de transição limitadas e mudanças nas pensões por morte

Foram criadas regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho, mas em muitos casos incluem pedágio de tempo adicional (ex: 50% ou 100%

do tempo que faltava). Antes a pensão por morte era de 100% do valor da aposentadoria. Depois passou a ser de 50% + 10% por dependente, limitada a 100%.

Regras mais duras servidores públicos e desconstitucionalização de regras

Fim da aposentadoria integral e da paridade (ajustes iguais aos da ativa) para muitos servidores. Aposentadoria agora segue as mesmas regras do Regime Geral (INSS), com exceções limitadas. A reforma retirou da Constituição alguns critérios e parâmetros da Previdência. Deixou várias decisões futuras para lei complementar, facilitando mudanças por maioria simples no Congresso.

Tais ataques, que se somam aos da contrarreforma trabalhista e da lei das terceirizações, colocam a necessidade de suas revogações.

Além da manutenção dos direitos retirados, a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos-COBAP, há tempos, vem apontando quais reivindicações devem ser priorizadas: a)

retomada da integralidade da pensão por morte; b) política de valorização dos benefícios que corrija todas as aposentadorias e pensões pelo mesmo índice INPC/PIB, aplicado ao salário-mínimo; c) instituição do Conselho de Proteção à Pessoa Idosa e d) fim da decadência de 10 anos dos direitos previdenciários.

Para tanto, é preciso o combate político do governo Lula, dos partidos e organizações populares para incrementar as fontes de receita da Previdência Social: 1- revisão das renúncias e isenções fiscais previdenciárias; 2- revisão da Desvinculação das Receitas da União, para que não incida em nenhuma das contribuições sociais; 3- revisão do modelo administrativo-judicial de cobrança da dívida ativa de contribuições previdenciárias; 4- combate efetivo à sonegação, com a contratação por meio de concurso público de funcionários para administração e fiscalização; 5- fim dos programas de refinanciamento com perdão de grande parte das dívidas; 6- financiamento da Previdência sobre os lucros ganhos com o aumento da produtividade; 7- adoção de modelo econômico voltado para o crescimento, com geração de empregos formais; 8- revogação da contrarreforma trabalhista e da lei das terceirizações.

Alcides Pinto

Julgamento dos golpistas vai terminar em pizza?

STF negocia com militares e Congresso

No dia 20 de maio, a Primeira Turma do STF decidiu não tornar réus na denúncia da PGR (Procuradoria Geral da União), sobre a tentativa de golpe de Estado, dois militares. São eles o general Nilton Diniz Rodrigues e o coronel Cleverton Ney Magalhães.

O relator Alexandre de Moraes alegou que "não se verifica aqui nos autos indícios mínimos da ocorrência do ilícito criminal em relação a ambos."

Segundo matéria publicada no Estado de São Paulo, Moraes teria ligado para o Comandante do Exército Tomás Paiva, antes de votar pela absolvição, para se "informar" sobre ambos. O que certamente não é a maneira com que um juiz se "informa", e deu esperanças aos demais militares envolvidos no processo de também poderem se livrar dos crimes que cometeram.

O fantasma da tutela militar

O que fica evidente nesse episódio é que mesmo num julgamento por tentativa de golpe de Estado, onde a cúpula

militar está diretamente envolvida, há nos bastidores "consultas" e negociações com os generais. É, no fundo, o fantasma da tutela militar sobre as instituições da República, que o Brasil ainda não conseguiu se livrar.

Enquanto isso, o presidente do Senado Davi Alcolumbre, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta e ministros do Supremo Tribunal Federal negociam um "novo" PL da Anistia. O projeto seria apresentado por Alcolumbre neste mês.

O teor do projeto, segundo matérias nos grandes jornais, é reduzir as penas

para os que são condenados pelo crime de tentativa de golpe de Estado. Alcolumbre apresenta a ideia como uma maneira de minimizar as penas para as pessoas que "apenas" seguiram a multidão daqueles que comandaram a tentativa de golpe.

Discurso que infelizmente já foi repetido pelo Senador Randolfe Rodrigues, do PT, líder do governo no Congresso Nacional. Porém, o teor do projeto consiste em reduzir a pena pelo crime de golpe de Estado e impedir a soma de condenações por outros crimes praticados juntos.

Acochambramento

Isso beneficiaria diretamente os generais envolvidos, os famigerados "kid pretos" que planejaram o assassinato de Lula e até mesmo Bolsonaro. Criando a situação de que, caso sejam condenados, eles podem nem ser presos! Pois a pena seria menor que quatro anos e, nesses casos, a lei permite o cumprimento da pena seja feito em regime aberto. É mole?

Ou fazemos uma profunda reforma nas instituições do Estado Brasileiro, ou teremos "um grande passado pela frente" como dizia Millôr Fernandes.

Cristiano Junta



No Senado, outra "reforma política" sem povo

As regras eleitorais pariram o Congresso mais reacionário da história

No último dia 21 de maio, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 12 que acaba com a reeleição para presidente da República, governador e prefeito e estabelece um mandato de cinco anos para esses cargos, assim como para os parlamentares em todos os níveis. A proposta aprovada também define eleições unificadas para todos os cargos a partir de 2034.

Pela nova regra, deputados federais, estaduais e distritais e vereadores também passariam a ter mandatos de cinco anos, em vez dos atuais quatro. A PEC também extingue a alternância de eleições para o Senado, determinando que todos os 81 senadores sejam eleitos no mesmo pleito a partir de 2039. Com a uniformização dos mandatos, a PEC também unifica as datas de todas as eleições — municipais, estaduais

e federais. Ou seja, a partir de 2034, todas deveriam acontecer juntas, a cada cinco anos.

O mandato de 5 anos para senador não estava no texto do relator Marcelo Castro (MDB), que previa dez anos de mandato para os senadores e mantinha a alternância. A alteração deixou muitos senadores descontentes e pode cair adiante. Agora, a matéria vai a voto no plenário do Senado. Sendo aprovada, vai para a Câmara dos Deputados e para começar a valer com esses prazos, precisa ser promulgada ainda esse ano.

Antes, disso, no início de maio, a Câmara dos Deputados, frente a exigência legal de adequar o tamanho das bancadas à população de alguns estados, decidiu aumentar o número de deputados de 513 para 531, o que só aumentou a distorção da proporcionalidade entre os estados.

Bem longe do povo

São mudanças importantes e, como sempre, feitas bem longe do povo. Enquanto isso, a bagunça institucional no país só cresce e o descrédito do povo nas instituições só aumenta. É o que revela o crescente aumento, ano após ano, das abstenções, junto com os votos brancos e nulos.

A verdade é que, a cada dois anos, deputados e senadores fazem "reformas políticas". Mas por que a coisa só piora? Porque é sempre a mesma história. Eles fazem suas reformas, preservam seus interesses e os dos que os financiam, mas nunca mexem no essencial.

Assim, de "reforma política em reforma política", com os interesses da maioria dos parlamentares e do grande capital garantidos, chegamos ao Congresso Nacional mais reacionário da história!

O que precisa mudar

Para mudar o jogo, precisamos de uma reforma política digna desse nome. Uma reforma que acabe, por exemplo, com a corrupção das emendas parlamentares, que garanta o voto em lista partidária, o financiamento público e exclusivo de campanha e o respeito ao princípio da proporcionalidade de uma pessoa (eleitor) um voto. Uma reforma política que ponha fim ao reacionário instituto do Senado, entre outras tantas medidas de cunho verdadeiramente democrático, e que construa novas instituições conforme a vontade popular.

Será com democracia de verdade na eleição e grande mobilização popular pelas demandas sociais que criaremos as condições para uma Assembleia Nacional Constituinte soberana que faça as reformas que verdadeiramente interessam ao povo.

Laércio Barbosa

Na Colômbia, Petro convoca o povo às ruas

“Paro nacional” de 28 e 29 de maio teve manifestações em todo o país



↳ Ato em Bogotá a favor da Consulta Popular

Convocada pelo presidente Gustavo Petro e por organizações sindicais e populares, diante da recusa do Senado de oficializar a Consulta Popular sobre reforma trabalhista proposta pelo governo, realizou-se a Paralisação (“Paro”) Nacional de 28 e 29 de maio com marchas, concentrações, assembleias populares (“cabildos abiertos”) em uma centena de cidades por todo o país.

Desde as manifestações de 1º de Maio que reuniram multidões na

Colômbia – na capital Bogotá foram 300 mil – a luta para dar a palavra ao povo numa Consulta Popular foi desatada. Ela cresceu diante da recusa do Senado em 14 de maio, em meio a múltiplas manobras, de encaminhar a proposta de 12 questões referentes à reforma trabalhista por 49 votos contra 47. Petro denunciou essa fraude e convocou mobilizações populares para respaldar uma nova solicitação de Consulta Popular, agora incluindo mais quatro questões relativas à saúde

da população e medicamentos.

Em 29 de maio, segundo dia do “Paro”, uma nota pública do Comando Nacional Unitário das cinco centrais sindicais (CUT, CTC, CGT, CPC e CDP) denunciou que a Comissão 4 do Senado, após a recusa da Consulta Popular, ainda deformou a proposta de reforma trabalhista “aprovar uma contrarreforma escrita por e para o poderoso empresariado...uma reforma regressiva que desmonta direitos trabalhistas historicamente conseguidos”, convocando a continuidade da mobilização para inviabilizar essa nova manobra da maioria reacionária do parlamento.

Já o presidente Petro deu ao Senado o prazo de 1º de junho para voltar atrás na sua decisão e endossar a Consulta Popular, caso contrário o seu governo a convocará, dando a palavra ao povo que é o soberano.

País vive momento histórico

Na declaração da Rede Socialista da Colômbia intitulada “Pela Consulta Popular, assembleias populares, greve geral e Assembleia Nacional Constituinte” de 22 de maio passado (veja a sua íntegra em otrabalho.org.br), José

Arnulfo Bayona chegava à seguinte conclusão:

“A extrema-direita e as oligarquias levaram o país a uma crise política generalizada. As máfias que controlam o poder político e econômico, com suas maiorias no Congresso, anunciaram que também recusarão a nova solicitação de consulta popular, sendo responsáveis pela agudização da crise sem ter a capacidade de lhe dar uma saída institucional democrática. O país vive um momento histórico em que os de baixo não querem seguir sendo governados pelas castas dominantes e os de cima não estão em condições de governar.

O povo deve discutir nos cabildos populares, nas assembleias de bairros, comunitárias, estudantis, sindicais e das demais organizações sociais e populares a data da greve geral e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que dê saída à crise e adote um programa de reformas institucionais, políticas e democráticas elegendo um governo de transição para a paz.”

Seguiremos acompanhando a evolução da situação do país vizinho dada a sua importância para toda a nossa região.

Julio Turra

Tarifas: a guerra de Trump vai ocorrer?

Desde o 2 de abril, “dia da libertação”, data na qual Trump prometeu “libertar” o povo dos EUA impondo tarifas aduaneiras a todos os países estrangeiros, os seus comunicados triunfais dificilmente mascaram que essas sanções não tiveram o efeito anunciado.

Trump apresentou essa medida como uma medida protecionista que favoreceria o emprego nos Estados Unidos, daí a pressão sobre os países estrangeiros para que se adaptem à política estadunidense.

Mas em 9 de abril ele suspendeu essas tarifas por 90 dias, com exceção das tarifas gerais (ou quase) de 10% sobre todas as importações, para dar tempo para negociações comerciais. A China foi a única taxada progressivamente até 145%, à medida das decisões da burocracia chinesa que por seu lado as aumentou para 125%.

A metade desse período de 90 dias já passou. O acordo anunciado com o Reino Unido em 9 de maio, ainda não finalizado, prevê procedimentos simplificados para as exportações dos EUA e um aumento de tarifas sobre a

importação de aço e de 100 mil automóveis britânicos. Esse acordo de contornos ainda nebulosos foi apresentado como uma grande vitória, tanto por Trump que queria demonstrar o sucesso de sua estratégia, como por Starmer (primeiro-ministro britânico) que justificava assim a sua proximidade política com o presidente dos EUA.

Notemos que o representante das grandes empresas automobilísticas dos EUA, submetidas a tarifas de importação dos veículos que elas produzem particularmente no México ou no Canadá, protestaram contra esse acordo que taxaria menos os veículos britânicos do que aqueles produzidos por elas.

Do lado da China, as negociações foram retomadas e as tarifas foram baixadas a 30% para importações chinesas nos EUA e 10% no sentido recíproco, sem que outras medidas tenham sido anunciadas.

Em 23 de maio, Trump anunciou



Reprodução

nos Estados Unidos, portanto sobre as condições de vida dos trabalhadores.

A única via que se oferece ao imperialismo dos EUA para safar-se da crise que o corrói acentua essa própria crise e a estende ao mundo inteiro.

O imperialismo estadunidense se prepara para a guerra comercial para tirar todos os benefícios devidos à sua posição. Mas, como em toda preparação para a guerra, ele busca consolidar suas posições,

hesitando entre se lançar ao assalto ou esperar.

Essa preparação para a guerra comercial é inseparável da preparação para a guerra, da economia de guerra que ele busca impor à Europa com o apoio de todos os dirigentes do velho continente, das tensões militares que sobem com a China em torno de Taiwan, da guerra feita contra os imigrantes latino-americanos.

Devan Sohier, artigo publicado no jornal *Informations Ouvrières* 860

que por falta de progresso nas negociações, ele imporia uma tarifa de 50% sobre importações provenientes da União Europeia a partir de 1º de junho (ao mesmo tempo que tarifas de 25% seriam aplicadas aos produtos da Apple). Dois dias depois, uma postagem de Trump anunciava que a data limite seria restabelecida em 9 de julho.

A crise se acentua e se estende

As bolsas sobem e descem ao ritmo desses anúncios que poderiam trazer um impacto importante sobre a inflação

Conferência em defesa dos direitos dos migrantes no México

O comitê mexicano que prepara a Conferência Continental em defesa dos direitos dos migrantes e da soberania nacional já dispõe de um site na internet, que vai recolher contribuições dos distintos países

e ajudar a divulgar os próximos passos dessa iniciativa. Acesse o site através do link: www.unidadporlosmigrantes.com

No fechamento dessa edição, dia 7 de junho, ocorre na Cidade do México uma segunda

reunião nacional preparatória da Conferência Continental, a qual vem recolhendo adesões de norte a sul das Américas, inclusive aqui no Brasil, e está prevista para acontecer no próximo mês de setembro.

Em um momento em que há uma escalada na brutalidade do governo Trump contra os imigrantes, de estudantes universitários até gente simples que busca ganhar sua vida nos Estados Unidos, em

que ocorrem deportações em massa, inclusive para países que não são os originários dos migrantes como El Salvador, é preciso cerrar fileiras em defesa do direito de migração.

“Vergonha aos governos que apoiam o genocídio”

Meio milhão saíram às ruas de Londres em 17/5 para marcar o dia da Nakba (“Catástrofe”) e mais uma vez protestar contra o genocídio do povo palestino. Reproduzimos trechos das falas que encerraram a grande manifestação:

“Esses governos, cúmplices do genocídio, ousam se utilizar da luta contra o antissemitismo para reprimir aqueles cujo único crime é dizer ‘parem o genocídio’”

■ Intervenção de Jérôme Legavre

É uma grande honra para mim estar com vocês e tomar a palavra nesta impressionante manifestação. Trago as saudações da França Insubmissa, que está se manifestando em Paris neste exato momento pelas mesmas razões. Há poucos dias, e 77 anos após a Nakba, Netanyahu declarou: “mais de 50% dos habitantes de Gaza irão embora”. Eles procuram países que aceitariam os palestinos expulsos. E, agora mesmo, a ofensiva está sendo desencadeada. Desde o início, esse tem sido seu objetivo: completar a Nakba, erradicar um povo inteiro, excluí-lo de sua terra.

A população palestina de Gaza enfrenta a fome e o bombardeio incessante. Eles não têm mais nada para comer além de grama cozida e ração animal. Todo mundo sabe, todo mundo vê. Os protestos puramente formais do presidente francês Emmanuel Macron são irrisórios. Ele acabou de dizer que a questão da revisão dos acordos entre

Israel e a União Europeia é legítima. Sim, mas a verdade é outra: há apenas um mês, um navio carregado com armas destinadas a Israel estava atracado em um porto francês, como dezenas de navios de carga antes dele. A verdade é que o governo francês, assim como na Inglaterra o governo Starmer, continua, na prática, a apoiar o governo genocida de Israel.

Esses governos são cúmplices do genocídio e se atrevem a instrumentalizar a luta contra o antissemitismo para reprimir e criminalizar todos aqueles cujo único crime é dizer “Parem o genocídio”, como o parlamento francês acaba de fazer para punir os estudantes que se manifestam nas universidades contra o genocídio, e nós apoiamos os estudantes. São os mesmos que, em seus próprios países, fazem declarações e medidas de divisão racistas. Na França, o primeiro-ministro falou em submersão migratória. E aqui na Inglaterra Keir Starmer diz que o país está se tornando uma ilha de estrangeiros. Vergonha!

“Nossos deputados do Labour (partido trabalhista), dos Conservadores e do partido Reform UK, reuniram-se em uma festa oferecida pelo embaixador de Israel”

■ Intervenção de William Dalrymple

A cobertura diplomática continua a ser fornecida para o governo extremista de Netanyahu, que deixou claras suas intenções. Nesta semana, o ministro das Finanças de Netanyahu, Smotrich,



↳ Londres 17/5/25

disse na televisão que Gaza seria completamente destruída e que os palestinos se mudariam em grande número para outros países. E, no entanto, esse governo não fez nada. Que vergonha. Ele é cúmplice dos crimes de guerra mais óbvios e visíveis.

E, no entanto, nesta semana, há apenas três dias, nesta mesma cidade, no Museu Britânico, nossos parlamentares de todos os campos: trabalhistas, conservadores, reformistas do Reino Unido, reuniram-se em uma festa organizada pelo embaixador israelense para celebrar essa limpeza étnica na Palestina, esse roubo de terras, de fazendas e vilarejos.

Os ministros trabalhistas se levantaram para aplaudir o uso dos nossos impostos para enviar a aviação britânica para ajudar nesse genocídio e coletar informações que permitem que os assassinos continuem matando crianças, com armas e peças de reposição fabricadas neste país e vendidas para as forças de defesa de Israel.

“Keir Starmer descreve o país como uma ‘ilha de estrangeiros’: nosso movimento não conhece ‘estrangeiros’”

■ Intervenção de Lindsey German

É maravilhoso ver tantas pessoas reunidas aqui hoje e eu gostaria de lembrá-los de como esse movimento tem sido importante. Keir Starmer fez um discurso hoje em que falou sobre estrangeiros, descrevendo o país como uma “ilha de estrangeiros”. Quero deixar claro: este movimento não conhece “estrangeiros”. Todos nós fazemos parte do mesmo movimento, não importando nossas diferenças de raça, religião, opinião política ou qualquer outra coisa. Estamos aqui pelo motivo que acabaram de ouvir: solidariedade com o povo palestino. E não permitiremos que Keir Starmer faça de nós bodes expiatórios. Não vamos admitir que ele qualifique essas manifestações como manifestações de ódio; elas são exatamente o oposto.

Na verdade, os que promovem o ódio neste país são aqueles que constroem sua política em acordo com o (partido) Reform UK, com os racistas e com todas as divisões que eles querem criar. Portanto, dizemos com muita firmeza que o Stop the War sempre se opôs à islamofobia e tenho orgulho de estar me manifestando com a comunidade muçulmana e com todas as comunidades que

hoje estão aqui reunidas.

Mas eles estão cada vez mais isolados, e Israel nunca esteve tão isolado. Isso se deve à resistência e à firmeza dos palestinos, mas também aos nossos próprios movimentos em todo o mundo, o movimento de solidariedade que tem dito aos sucessivos governos “não vamos deixar isso acontecer” e agora devemos dizer “a Palestina será livre do rio ao mar”, essa é uma exigência fundamental.

Então, quando vemos o que conseguimos hoje, vamos continuar nos organizando, vamos continuar nos manifestando e vamos dizer a Keir Starmer e Donald Trump: “Vocês não conseguem fazer chegar comida para as crianças famintas de Gaza, mas conseguem entregar bombas todos os dias para Israel!”

“A Nakba é um processo que continua”

■ Leanne Mohamed, militante palestina britânica

Como muitos palestinos, nasci com uma cicatriz, ou melhor uma ferida, tão profunda que me acompanha por toda a minha vida. Essa ferida da Nakba tem sido minha professora, minha educadora, minha companheira. 1948 não é apenas um momento na memória coletiva, foi uma catástrofe que deslocou meu povo, que irrigou o pensamento de gerações inteiras de palestinos, uma catástrofe que expulsou meus avós de sua terra, como tantos outros, que nos transformou em refugiados perpétuos.

Nascemos para lamentar, nascemos para lembrar. Nascemos para resistir. Os últimos 77 anos não foram o produto desse momento singular: a Nakba é um processo que continua. Gaza é um capítulo sangrento e brutal no implacável e interminável projeto sionista de expulsar definitivamente de sua terra os seus legítimos proprietários.

Deixe-me lembrá-los de que esse genocídio está sendo perpetrado por Netanyahu, mas que está sendo armado e financiado por Biden e Trump. Ele foi sustentado por operações de inteligência e reconhecimento fornecidas por Sunak e Starmer. Von der Leyen, da União Europeia, lhe deu cobertura diplomática. É um empreendimento conjunto e eles não vão parar porque esta é a Nakba deles.

Reproduzido do jornal francês “Informations Ouvrières” n° 859



↳ Londres 17/5/25



Cenas da fome em Gaza

Já passa da hora de romper com Israel!

Manifestos defendem ruptura e embargo

Em Gaza e na Cisjordânia persiste o genocídio perpetrado por Israel, com apoio de seus cúmplices (ver pág. 11), do povo palestino. Hospitais e escolas continuam sendo bombardeados, crianças são queimadas vivas, seres humanos são vítimas de tiro ao alvo de soldados que debocham e os matam como se fossem formigas. Dezenas de milhares de mortos. Famintos vagam, esqueléticos, pelas ruas destruídas. Ao vivo, é possível assistir à barbárie nas redes, há 600 dias.

No último dia 25/5, após o assassinato de nove dos 10 filhos da médica palestina Alaa Al-Najjar, Lula declarou: "É mais um ato vergonhoso e covarde. Seu único filho sobrevivente e seu marido, também médico, seguem internados em estado crítico. Esse episódio simboliza, em todas as suas dimensões, a crueldade e desumanidade de um conflito que opõe um Estado fortemente armado contra a população civil indefesa, vitimando diariamente mulheres e crianças inocentes."

Correta, como outras declarações suas. Mas passados um ano e oito meses de massacre, é necessário ir além das palavras. Indignação frente a essa barbárie, milhões a têm mundo afora. Ocorre que Lula é o presidente da república, tem o mandato e a caneta na mão. Se o Brasil não é uma potência imperialista que sustenta o regime sionista, ainda assim pode contribuir para isolar e enfraquecer Israel, como outros países já fizeram, a exemplo do presidente Gustavo Petro da Colômbia. Lula, que já foi declarado persona non grata pelo governo israelense por reconhecer o genocídio, precisa dar mais um passo: romper os acordos comerciais, militares, acadêmicos e as relações diplomáticas. É a melhor forma de se conectar à solidariedade internacional ao povo palestino, que se expressa nas ruas em todas as partes, há vários meses.

Manifestos pedem ruptura e embargo

Dia 28/5, a campanha BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) divulgou

um manifesto dirigido à Lula pedindo a ruptura de relações comerciais e diplomáticas com Israel. Intitulado "Carta aberta ao presidente Lula sobre o genocídio do povo palestino e a necessidade de sanções ao Estado de Israel" já conta com mais de 11 mil aderentes e é encabeçado por artistas, como Chico Buarque, intelectuais, deputados, vereadores e organizações políticas, sindicais – como a CUT – e movimentos sociais.

Já a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) enviaram uma carta, também em 28/5, ao presidente da república e ministros solicitando embargo energético. As entidades afirmam que "é essencial que o Brasil adote medidas práticas mais eficazes e robustas [...], considerando os acordos militares ainda vigentes do Brasil com Israel. Nesse sentido, solicitam um embargo global total urgente de energia e armas para frear o genocídio, e dismantelar o apartheid e a ocupação ilegal por Israel".

As federações exigem a responsabilização por crimes de guerra e a imposição de sanções "não apenas como um dever moral, mas também como responsabilidade legal de todos os Estados e pedem que sejam respeitados os pareceres da Corte Internacional de Justiça, impondo um embargo energético interrompendo a exportação de petróleo para Israel, e a paralisação imediata

de projetos com empresas de energia israelenses".

PL da "amizade" com o Estado assassino? Aí não, companheiros!

Em meio a esse show de horrores o Senado Federal brasileiro desenterrou um PL de 2013 (aprovado na Câmara em 2019, com número 5636), que estabelece um "Dia da Amizade" entre Brasil e Israel. A aprovação foi em 20/5, em votação chamada simbólica, sem registro nominal, na qual apenas se pede manifestação dos contrários. Não ocorreu nenhuma. Foi por unanimidade.

Não é surpresa – embora também vexatório – que senadores ligados à direita o aprovassem. Mas e os nove do PT? O que é isso companheiros?! É inadmissível e o partido deveria pedir explicações aos senhores senadores.

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) encaminhou uma carta à Lula solicitando o veto ao Projeto de Lei. "Nos últimos dias, a comunidade internacional tem visto muito do que tem sido praticado [...]. É um massacre de civis palestinos", afirmou a defensora pública Rivana Ricarte, integrante da ABJD. "Entendemos que a aprovação passaria mensagem contrária ao que o governo vem firmando em fóruns internacionais", ressaltou. Lula tem que vetar esse PL.

Tiago Maciel



Liberdade para o Dr. Abu Safiya!

O genocídio do povo palestino segue na faixa de Gaza e Cisjordânia e o Estado sionista assassino de Israel mantém preso sob tortura milhares

de inocentes. A destruição de todos os meios de sobrevivência do povo palestino abrangem, também, sua estrutura de saúde e seus trabalhadores da

área, e desde dezembro o Dr. Abu Safiya continua preso nos porões israelenses.

No último dia 15 de maio completou-se 77 anos da Nakba, a

'Grande Catástrofe'. Movimento de retirada de palestinos de suas terras após a criação do Estado de Israel pela ONU, e que marcou a expulsão de mais de 800 mil palestinos de suas terras e a destruição de suas vilas. O DAP esteve presente na Assembleia Legislativa ressaltando o genocídio em curso e a campanha pela libertação do médico Abu Safiya. Nesse mês de maio de 2025 estima-se mais de 65.000 mortos em Gaza em dois anos, com mais de 126.000 gravemente feridos e mutilados, 80% da região destruída e 92% das residências atingidas. "Supera-se em 430%

os 15 mil assassinados durante a Nakba" ressaltou uma fala no evento.

Estivemos também em reunião articulada pela Dep. Federal Juliana Cardoso (PT-SP) com representantes do ministério da justiça e das relações exteriores, solicitando a esses ministérios enviarem a Israel o pedido de soltura do Dr. Abu Safiya. A deputada se comprometeu a oficial os ministros reforçando a solicitação.

Para acessar a lista e aderir ao manifesto organizado pelo Sindicato dos Médicos de SP: <https://tinyurl.com/LiberdadeDrAbu>



Delegação do DAP na Alesp, no ato dos 77 anos da Nakba